

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 – Centro.
Florianópolis/SC – CEP: 88015-130
Tel. (48) 3664-8739 / 3664-8740 / 3664-8742
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 844/2021

PROCESSO SES 149779/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO por ITEM**.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS- IPQ conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 16h00min. do dia 22/04/2021

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº160 – Centro – Florianópolis – SC.

1.1.1 –A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 –A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 –A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 –A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de

Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

1.8 – Apresentação de proposta por empresas sediadas em Santa Catarina:

1.8.1- Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo órgão de classe no qual o laboratório está inscrito;

1.8.2- A licitante deve apresentar, no mínimo, um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com vínculo comprovado com a empresa, seja em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente), ou contrato de trabalho, demonstrando que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa, e a necessidade de apresentação de Responsável(is) Técnico(s) substituto(s);

1.8.3- Apresentar registro e inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho profissional competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada. No caso das análises clínicas, são exclusivas dos médicos, biomédicos e farmacêuticos bioquímicos.

1.8.4- Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS).

1.8.5- Alvará sanitário atualizado, expedido pela fiscalização sanitária Estadual ou Municipal.

1.8.6- Apresentar declaração expressando compromisso formal de que providenciará alvará sanitário de suas futuras instalações dentro da unidade hospitalar, sendo condição da execução do contrato.

1.8.7- A contratada deve comprovar estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e deverá manter suas informações atualizadas conforme determinado em documento de seu Sistema de Gestão de Qualidade.

1.8.8- A licitante deverá estar em consonância com as RDC 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, em suas instalações principais.

1.9 – Apresentação de propostas por empresas sediadas em outros Estados e sem inscrição no CRM/SC e CRF/SC:

1.9.1- Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo órgão de classe no qual o laboratório está inscrito;

1.9.2- A licitante deve apresentar, no mínimo, um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com vínculo comprovado com a empresa, seja em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente), ou contrato de trabalho, demonstrando que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa, e a necessidade de apresentação de Responsável(is) Técnico(s) substituto(s);

1.9.3- Apresentar registro e inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho profissional competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada. No caso das análises clínicas, são exclusivas dos médicos, biomédicos e farmacêuticos bioquímicos.

1.9.4- Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS).

1.9.5 - Alvará sanitário atualizado, expedido pela fiscalização sanitária Estadual ou Municipal.

1.9.6- Apresentar declaração expressando compromisso formal de que providenciará alvará sanitário de suas futuras instalações dentro da unidade hospitalar, sendo condição da execução do contrato.

1.9.7- A contratada deve comprovar estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e deverá manter suas informações atualizadas conforme determinado em documento de seu Sistema de Gestão de Qualidade.

1.9.8- A licitante deverá estar em consonância com as RDC 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, em suas instalações principais.

1.9.9 – No momento da contratação serão exigidas as comprovações referentes aos itens 1.9.1; 1.9.3 e 1.9.5 nos respectivos Conselhos Profissionais em Santa Catarina.

2.0. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

2.0.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro de falência e concordata da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

2.0.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Os balanços das Sociedades Anônimas ou por Ações deverão ser apresentados por publicação no Diário Oficial, devendo as demais empresas apresentar os balanços autenticados certificados por Contador registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro Diário e folhas em que o balanço se acha regularmente transcrito, (com fotocópia da pag. de abertura e de fechamento do Livro Diário);

2.0.3. Demonstrações contábeis, no balanço, da conta de Lucros e Perdas, devendo a empresa apresentar os cálculos de:

2.0.3.1. Índice de Liquidez Geral (ILG), calculado pela seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \text{ resultando } ILG \geq 1$$

onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral;

AC = Ativo Circulante;

RLP = Realizável a Longo Prazo;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo; = = Maior ou igual.

OBS.: Não será habilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Geral for inferior a 01 (um);

2.0.3.2. Índice de Solvência Geral (ISG), calculado pela seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{AT}{PC + ELP} \text{ resultando } ISG \geq 1$$

Onde:

ISG = Índice de Solvência Geral;

AT = Ativo Total;

PC = Passivo Circulante;

ELP = Exigível a Longo Prazo;

= = Maior ou igual.

OBS.: Não será habilitada a empresa cujo Índice de Solvência Geral for inferior a 01 (um);

2.0.3.3. Índice de Liquidez Corrente (ILC), calculado pela seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC} \text{ resultando } ILC \geq 1$$

Onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente;

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

= = Maior ou igual.

OBS.: Será inabilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Corrente for inferior a 01 (um);

2.0.4. Quando se tratar de empresa individual ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a Secretaria de Estado da Saúde se reservará o direito de exigir a apresentação do livro diário onde o balanço fiscal foi transcrito para efeito de extração dos parâmetros para o julgamento e verificação dos valores apresentados e calculados pelos licitantes;

2.0.5. As licitantes que apresentarem resultado dos Índices previstos no item 2.0.3, alíneas “2.0.3.1”, “2.0.3.2” e “2.0.3.3” menor do que 01 (um), deverá comprovar o capital ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

3. REGULARIDADE SOCIAL

3.1.1. Declaração emitida pela Empresa atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz) – modelo de uso facultativo.

4 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

4.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

4.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

4.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

5 – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 –A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

5.2 –A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

5.3 –A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

5.4 –As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

5.5.1 –A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

5.5.2 –A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

5.5.2.1 –O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

5.5.2.2 –Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

5.5.2.3 –O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

5.5.2.4 –A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

5.5.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

5.5.3 –A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de

Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

5.6 –Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

5.7 –A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

5.8 –Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

5.9 –Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.10 –O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br.

5.11 –Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

6-PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

6.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 14 de Abril de 2021.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
SERVIÇOS EM SAÚDE - CONTRATO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: IPQ - INSTITUTO DE PSIQUIATRIA

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	050038001	Análise Clínica Exames de análise clínica	serviço	1

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 – A SES convocará o cotador vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

1.2 – Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela cotadora vencedora que tenham servido de base ao presente processo, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexo;

1.3 – As demais condições contratuais, tais como: prazo e local de entrega, alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas no Anexo II deste edital (Minuta de Contrato);

1.4 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocada outra cotadora, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
IPQ	INSTITUTO DE PSIQUIATRIA	Rua Engelberto Koerich, nº 333, Colônia Santana - São José/SC – CEP: 88.123-300	(48) 3214-800

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Conforme Termo de Referência (Anexo II).

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO:

1.1. Contratação dos serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para a Unidade Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina – IPQ, conforme requisição SCCD nº 6193/2020.

1.2. Especificação do Objeto:

LOTES	NOME DA UNIDADE	CÓDIGO CIASC	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE TOTAL	FREQUÊNCIA	SETOR
1	IPQ	50038001	Coleta e execução de exames de análises clínicas conforme descritivos e quantitativos elencados no Anexo I do presente Termo de Referência.	6 Média exames por mês: 4918 Média exames por semestre: 29508	Mensal	Todos os setores de internação e emergência

1.3 Resumo da Despesa:

Processo SES Nº:	149779/2020
Despesa decorrente de:	(x) Contratação direta () Licitação, () Registro de preço () Convênio () Aditivo a contrato () Outro
Existe contrato anterior:	() Não (X) Sim Nº Contrato: 441/2020
Valor da despesa: R\$	() Parcela única (X) Parcelado em 06 vezes de
Período da despesa:	Início em ____/____/____ Término em ____/____/____ <u>A definir após conclusão do processo licitatório</u>

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando o término do Contrato nº 441/2020 em 21/02/2021 e a não conclusão do certame PSES 37260/20 informamos a necessidade da continuidade dos serviços especializados em análises clínicas, de forma a evitarmos interrupção dos atendimentos hospitalares, sem os quais haverá graves prejuízos à saúde dos pacientes.

3. ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

A CONTRATADA deverá prestar serviços nas dependências da Unidade Hospitalar, durante 24 (vinte e quatro) horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, fornecendo os resultados de acordo com o prazo definido pela necessidade técnica, na unidade hospitalar, localizada conforme TABELA I abaixo:

Nome	Rua	Bairro	Cidade	CEP	Fone
IPQ	Rua Engilberto Koerich, 333	Colônia Santana	São José	88123-000	(48) 39542008 ipq@saude.sc.gov.br

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Qualificação técnica:

- Certificado de Regularidade Técnica vigente, expedido pelo órgão de classe no qual o laboratório está inscrito;
- A licitante deve apresentar, no mínimo, um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, com vínculo comprovado com a empresa, seja em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho), sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente), ou contrato de trabalho, demonstrando que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa, e a necessidade de apresentação de Responsável(is) Técnico(s) substituto(s);
- Apresentar registro e inscrição do responsável técnico e da empresa no conselho profissional competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada. No caso das análises clínicas, são exclusivas dos médicos, biomédicos e farmacêuticos bioquímicos;
- Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS);
- Alvará sanitário atualizado, expedido pela fiscalização sanitária Estadual ou Municipal;
- Apresentar declaração expressando compromisso formal de que providenciará alvará sanitário de suas futuras instalações dentro da unidade hospitalar, sendo condição da execução do contrato;
- A contratada deve comprovar estar cadastrada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES e deverá manter suas informações atualizadas conforme determinado em documento de seu Sistema de Gestão de Qualidade;
- A licitante deverá estar em consonância com as RDC 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, RDC 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, e RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002, da ANVISA, em suas instalações principais.

4.2 Justificativa da exigência:

Para atendimento as exigências dos órgãos competentes, referente à prestação dos serviços objeto deste Termo.

A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI (BRASIL, 1988), que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Assim, as exigências de qualificação técnica para prestação de serviços de análises clínicas constituem somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais, sem comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Tais exigências foram devidamente fundamentadas no item 4.1 do Termo de Referência de forma que ficaram demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.



5.1 Orçamentos:

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS

OBS: A indicação/definição das obrigações das partes não é pertinente a área técnica, item a ser avaliado por área competente da SES. A seguir são sugeridos pontos considerados relevantes, com implementação condicionada a aprovação da área responsável.

6.1 Obrigações da contratada:

- É obrigação da CONTRATADA a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para a perfeita execução dos serviços;
- A CONTRATADA deverá executar os serviços apenas com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos;
- Todas as despesas decorrentes da contratação, tais como equipamentos necessários à execução dos trabalhos, adequações de espaços físicos, recursos humanos, todos decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da CONTRATADA;
- Os equipamentos utilizados pela contratada deverão possuir Registro na ANVISA e plano de manutenção periódica previsto em seu Sistema de Gestão de Qualidade, bem como a apresentação de documentação que comprove esta situação;
- A CONTRATADA deverá dispor de informações solicitadas pela SES a qualquer momento, seja em forma de pedido ou de auditoria (técnica ou administrativa);
- A CONTRATADA deverá possuir sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS as análises que se dispõe a realizar, e, na impossibilidade destes, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza estes controles de forma alternativa;
- A CONTRATADA se comprometerá à guarda dos dados brutos dos exames nos termos da RDC 302/2005 e deverá comprovar esta condição em sua documentação do Sistema de Gestão de Qualidade;
- A CONTRATADA deverá manter em seu Sistema de Gestão de Qualidade os procedimentos realizados no sentido de garantir a rastreabilidade das amostras;
- A CONTRATADA deverá utilizar para realização dos exames, somente material de consumo descartável e de boa qualidade, com registro na ANVISA;
- A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e capacitado, sob res-

A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e capacitado, sob responsabilidade e despesas da CONTRATADA;

- Para coleta (seringa, agulha, scalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante, e/ou outros insumos e produtos para diagnóstico de uso “in vitro” - reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos), bem como a mão-de-obra utilizada para a coleta e realização dos exames serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus à SES;
- A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletivo a todas as pessoas ligadas a empresa que estiverem realizando os serviços ou que por algum motivo permaneçam na(s) Unidade(s) da SES;
- A empresa deve possuir PCMSO, LCCAT e PGRSS;
- A SES exigirá a imediata substituição, na prestação dos serviços, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com os serviços a serem prestados, e com as diretrizes humanísticas institucionais, ficando a CONTRATADA responsável pelo ônus decorrente;
- A CONTRATADA deverá estar em conformidade com a Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, que dispõe sobre o “Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos”, ou outro instrumento legal que venha a substituí-la;
- A CONTRATADA deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da contratante, informando também a situação e periodicidade de manutenções preventivas e corretivas quando necessário;
- A CONTRATADA deverá preparar formalmente os seus colaboradores sobre noções básicas relativas à prevenção e controle de infecção hospitalar, no tocante aos serviços a serem prestados e promover treinamento e educação permanente, comprovada através de documentação pertinente emitida pelo Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA;
- A CONTRATADA deverá apresentar as listas de pacientes atendidos e exames com data da realização dos exames realizados para as unidades hospitalares da CONTRATANTE, que somente efetuará a certificação da nota fiscal para os devidos pagamentos após a análise e confrontamento dos dados pela Unidade Hospitalar. Estes relatórios deverão ser feitos entre o primeiro e o último dia do mês em questão e deverão ser apresentados até o 5º dia útil subsequente. As notas fiscais devem ser entregues na respectiva unidade hospitalar solicitante do exame e devem conter o quantitativo de exames discriminados por nome do respectivo exame e código da tabela SIGTAP/SUS ou CBHPM ou Própria SES, juntamente ao quantitativo total mensal;
- A CONTRATADA deverá limpar e manter seus equipamentos, bem como a área física em uso, e assumir total responsabilidade pelo destino dos resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas, e responderá também pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES. Estes procedimentos deverão estar constantes do Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo modo de limpeza, periodicidade, entre outros.
- Considerando o(s) lote(s) prestado(s) pela CONTRATADA e conforme tabela constante do Anexo I deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá cumprir o estabelecido na RDC 302/05, da ANVISA, que diz que o laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, sendo que este profissional pode assumir, perante a



vigilância sanitária, a responsabilidade técnica por no máximo: 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratorial ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial;

- A Secretaria de Estado da Saúde admite que em caso de impedimento do responsável técnico, o laboratório clínico e/ou o posto de coleta laboratorial devem contar com um profissional legalmente habilitado para substituí-lo;
- A CONTRATADA que prestar serviços em Unidade(s) Hospitalar(es) onde tiver apenas posto de coleta ou coleta nos leitos, conforme especificado na Tabela II deste Termo de Referência, e que for executar os serviços na sua matriz, deverá assim como àquelas unidades que possuem laboratório interno, montar estrutura mínima de logística para garantir a coleta do material, a realização e a liberação dos resultados dos exames em regime de urgência, conforme segue: em até 6 horas: gasometria, litímia, sódio, potássio, cálcio, magnésio, uréia, creatinina, lactato, cloro, hematócrito, hemoglobina, glicose; outros exames que devem ser realizados em até 24 horas: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, valproatemia, CK, CK-MB, CK-massa, TAP, TTPA, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, Beta-HCG;
- A CONTRATADA deverá ter uma sistemática estabelecida em seu Sistema de Gestão da Qualidade apresentando qual a forma e quais os limites críticos de exames que devem ser informados de maneira urgente ao Hospital. Esta lista deverá ser definida entre a CONTRATADA e o Gerente Técnico da unidade hospitalar;
- A CONTRATADA deve ser participante das sub-redes de diagnóstico da CR Lab-LACEN;
- A CONTRATADA deve estar ciente da possibilidade da SES incluir ou excluir exames do rol de procedimentos seguindo suas próprias determinações e interesses como, por exemplo, epidemiológicos;
- Eventuais códigos não correspondentes à descrição exata da contida na Tabela SIGTAP/SUS e/ou Tabela CBHPM foram determinados pela equipe técnica por analogia e correspondência de valores, as quais se encontram detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência;
- A Tabela Própria SES é baseada em exames agrupados e os valores totais correspondem à junção de exames da Tabela SIGTAP/SUS, conforme apurado pela equipe técnica especializada;
- Os exames deverão ser solicitados dentro da nomenclatura e dos códigos apresentados e serão pagos tão somente nessas condições;
- Exceção: exames que não poderão ser faturados, em hipótese alguma, sob nenhum código e/ou nomenclatura, tendo em vista ser realizado na rede especializada do Laboratório Central (LACEN):
 - Leishmania (anticorpos/pesquisa);
 - Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa);
 - Hepatite C - quantitativo (carga viral);
 - Hepatite B - quantitativo (carga viral);
 - HIV - quantitativo (carga viral);
- Será vedado qualquer pagamento de exames que não constem nas tabelas consignadas neste Termo de Referência.



A SES poderá exigir da contratada, a qualquer momento, a apresentação dos documentos listados a seguir, referentes aos empregados utilizados pela CONTRATADA na prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA apresentá-los imediatamente:

- a) Contrato de Trabalho de seus empregados;
- b) Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- c) Registro da carteira de trabalho de empregados;
- d) Controle de horas;
- e) Regulamento interno (quando existir);
- f) Convenção, acordo ou sentença normativa;
- g) Certificado de regularidade do FGTS;
- h) GFIP;
- i) Folha de pagamento;
- j) Certidão negativa de débitos previdenciários(CND);
- k) Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- l) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- m) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros.

· Na presente contratação, a CONTRATADA será a única responsável direta pela execução do objeto, fazendo-o por meio de seus próprios empregados, sob os quais exerce a prerrogativa de dirigir, mas também se submete ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;

· Não se formará qualquer relação jurídica entre os empregados da contratada e a tomadora dos serviços, Secretaria de Estado da Saúde (SES);

· No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a SES poderá confiar a outrem a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

· A CONTRATADA deverá, através de sua direção ou preposto, participar das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar da(s) Unidade(s) da SES, sempre que convocada, devendo ainda auxiliar a referida comissão nas ações de controle das infecções intra-hospitalares, sem quaisquer ônus à SES;

· Informar à(s) Unidade(s) da SES, por escrito, durante a vigência do contrato, a escala dos funcionários que realizarão os exames durante o período noturno, finais de semana e feriados;

· Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela pontualidade de seus funcionários em serviço;

· Caberá a CONTRATADA manter rigoroso controle de frequência e pontualidade de seus profissionais na prestação dos serviços, introduzindo o controle que entender conveniente e sob sua responsabilidade;



Caberá à CONTRATADA manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no edital e seus anexos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

- Caberá à CONTRATADA manter, permanentemente, o contingente laborativo na quantidade necessária, promovendo, para tanto, as substituições de profissionais, atendido o perfil profissiográfico requerido, emprazo hábil a resguardar-se a incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, e o risco à segurança operacional de qualquer profissional (Lei de Segurança e Medicina do Trabalho), dentro dos prazos estabelecidos pelo Fiscal do Contrato;
- Caberá à CONTRATADA fornecer a seus funcionários, crachás de identificação, no qual constem: o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia, a serem fixados no uniforme durante o horário de trabalho quando da prestação de serviços à SES;
- A Contratada arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quais- quer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza, decorrente da contratação dos serviços, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP(FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, sem a qual não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas ao Contratante para liquidação;
- A Contratada cumprirá a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da lei;
- A Contratada responderá pelo fornecimento aos seus profissionais, até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado, e de vale-transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço;
- A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência. A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades previstas e exigidas em lei, tomando as medidas necessárias ao atendimento de seus profissionais acidentados em caso de eventual ocorrência de acidente de trabalho, ou os que vierem a necessitar de atendimento médico, providenciando as medidas que se fizerem necessárias, em tempo hábil, assim como, comunicando a ocorrência ao Fiscal do Contrato;
- São de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais e outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários, assim como as certidões solicitadas;
- A contratada será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;
- A CONTRATADA deverá executar serviços de alta qualidade de modo a atender as exigências da SES, utilizando profissionais próprios, especializados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege a execução do Contrato, com ênfase na legislação constitucional, tributária, civil, previdenciária e trabalhista, em especial na segurança e higiene do trabalho;



A CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir por seus profissionais contratados normas e regulamentos disciplinares da SES, bem como quaisquer determinações exaradas pelas autoridades competentes;

- A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de suas propostas, com a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela SES na execução dos serviços contratados;
- A CONTRATADA deverá manter a disciplina nos locais dos serviços, substituindo qualquer prestador de serviços cuja conduta seja considerada inadequada;
- A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços sejam executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas de Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.
- A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;
- A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;
- A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da SES ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;
- Será de responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso, por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados;
- A CONTRATADA deverá comunicar à SES, por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados durante a execução do contrato;
- A CONTRATADA deverá instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato da SES, sempre quando solicitado, relação atualizada nominal acompanhada dos respectivos endereços residencial e profissional, bem como Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos previstos em lei, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;
- A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;



- A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza às solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;
- A CONTRATADA deverá facilitar a ação da fiscalização, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentada;
- A CONTRATADA se responsabilizará pela permanente manutenção de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais, quer através da divulgação de periódicos, quer através de palestras ou reuniões, que visem contribuir com o aprimoramento da execução deste objeto, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- À CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra pena cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato;
- A CONTRATADA preservará a SES, mantendo-a a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;
- A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES;
- A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com a CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do Contrato;
- Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, obrigatoriamente e minimamente, conforme Tabela II.

TABELA II

Unidade	N de leitos	Área física p/ laboratório (m²)	Área física para Posto de coleta (m²)	Outras exigência
IPQ	293	-	14	Atendimento 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados

TABELA III

UNIDADE	ÁREA (M²)
IPQ	14

- A SES disponibilizará à empresa vencedora, através de Termo de Concessão Remunerado de Uso de Bem Público, área física condizente, nas dependências da unidade, conforme área mostrada na Tabela III, provida de água, luz e ramal telefônicoa exclusivamente interno. Há medidores individuais para aferição de água e luz.
- Gastos com o consumo de telefone, luz e água aferidos nos medidores será objeto de cobrança mensal pela CONTRATANTE à CONTRATADA;



- A CONTRATADA prestará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela unidade hospitalar, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios;
- A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, de forma a atender as determinações da legislação sanitária vigente, assim como a demanda da prestação dos serviços;
- Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a Contratada deverá, além de comunicar a SES com antecedência, tomar as devidas providências para que os serviços não sejam interrompidos;
- A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo zelo e manutenção da estrutura física (pisos, paredes, vidros, portas, etc.) da área utilizada;
- Em caso de término do contrato, a CONTRATADA que esteja ocupando área física cedida pela CONTRATANTE deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintadas e com instalações elétricas e hidráulicas em perfeito estado de uso);
- Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a empresa CONTRATADA depositará à SES até o 10º dia do mês, aluguel correspondente à área física cedida, o qual será cobrado pelo metro quadrado da região seguindo índices oficiais. Além disso, a cobrança do condomínio será de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do aluguel, em razão da estrutura disponível à CONTRATADA, conforme tabela III. Os valores aferidos nos medidores de água e luz serão abatidos da taxa de condomínio;
- Para a comprovação do pagamento das despesas resultantes da concessão remunerada de uso de bem público, a empresa CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o documento de depósito em conjunto com a nota fiscal dos serviços prestados;
- Em caso de prorrogação do contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste termo, com base na variação do CUB (Custo Unitário Base) do período;
- Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;
- A empresa vencedora do certame, por conta própria, deverá instalar, reformar e fornecer todo o equipamento, pessoal e material de consumo necessário à realização dos serviços.

6.2 Obrigações da contratante:

A CONTRATANTE observará durante a vigência do Contrato o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, e que sejam mantidas todas as condições de habilitação exigidas na licitação da CONTRATADA a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para a perfeita execução dos serviços;

A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

A CONTRATANTE prestará informações e esclarecimentos que por ventura sejam solicitados pela CONTRATADA;



- . A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento devido à CONTRATADA pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos contratualmente previstos, após terem sido devidamente certificados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato.

4. RECURSOS

A definir por área competente da SES.

Origem dos Recursos: <input type="checkbox"/> TESOURO <input type="checkbox"/> FUNDO <input type="checkbox"/> CONVÊNIO <input type="checkbox"/> OUTRO <input checked="" type="checkbox"/> DEFINIÇÃO POSTERIOR	Dotação dos Recursos: <input type="checkbox"/> Conforme deliberação da gerência de orçamentos. () Recurso <input type="checkbox"/> COMPROVADO <input type="checkbox"/> NÃO COMPROVADO EM ____ / ____ / ____
Condições de Execução: <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO	

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

8.2 Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

8.3 Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

6. SANÇÕES DO CONTRATO

(X) CONFORME DECRETO ESTADUAL N. 2.617/09 () OUTRO _____

7. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

Declararam que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

Declararam que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

8. VIGÊNCIA DO CONTRATO

A definir após conclusão do processo licitatório.

Período de vigência de 6 meses.

9. CONDIÇÕES GERAIS

A definir por área competente da SES.

Não se aplica

10. GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Henrique Marques Fogaça

Matrícula: 650583-0-01

11. FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Gizele Clasen Freitas

Matrícula: 262250-5-05

DATA: 15/03/2021.

ANEXO I

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Quantidade por mês	Quantidade 6 meses
0202010023	Determinação de capacidade de fixação do ferro	2	12
0202010040	Determinação de curva glicêmica (2 dosagens)	1	6
0202010074	Determinação de curva glicêmica clássica (5 dosagens) / perfil glicêmico / curva glicêmica	1	6
0202010120	Dosagem de ácido úrico	10	60
0202010139	Dosagem de ácido vanilmandélico	1	6
0202010180	Dosagem de amilase	23	138
0202010201	Dosagem de bilirrubina total e frações	30	180
0202010210	Dosagem de cálcio / cálcio (amostra isolada)	6	18
0202010228	Dosagem de cálcio ionizável / cálcio iônico	4	24
0202010260	Dosagem de cloreto / cloro (cloretos) - liquor, soro ou plasma	1	6
0202010279	Dosagem de colesterol HDL	100	600
0202010287	Dosagem de colesterol LDL	100	600
0202010295	Dosagem de colesterol total	100	600
0202010317	Dosagem de creatinina	300	1800
0202010325	Dosagem de creatinofosfoquinase (CPk)	13	78
0202010333	Dosagem de creatinofosfoquinase fração mb (Ck-MB)	3	18
0202010368	Dosagem de desidrogenase láctica	4	24
0202010384	Dosagem de ferritina	11	66
0202010392	Dosagem de ferro sérico	8	48
0202010406	Dosagem de folato / ácido fólico (folato) / ácido fólico eritrocitário	20	120
0202010414	Dosagem de fosfatase ácida total	1	6
0202010422	Dosagem de fosfatase alcalina	30	180
0202010430	Dosagem de fósforo	2	12
0202010449	Dosagem de fração prostática da fosfatase ácida	1	6
0202010465	Dosagem de gama-glutamyl-transferase (gama gt)	150	900

0202010473	Dosagem de glicose / pesquisa de glicose na urina	213	1278
0202010503	Dosagem de hemoglobina glicosilada (glicada)	24	144
0202010538	Dosagem de lactato / ácido láctico	1	6
0202010554	Dosagem de lipase	7	42
0202010562	Dosagem de magnésio	21	126
0202010600	Dosagem de potássio	150	900
0202010619	Albumina em sangue	1	6
0202010627	Dosagem de proteínas totais e frações / proteínas (liquor) / albumina	11	66
0202010635	Dosagem de sódio	150	900
0202010643	Dosagem de transaminase glutâmico-oxalacética (TGO)	300	1800
0202010651	Dosagem de transaminase glutâmico-pirúvica (TGP)	300	1800
0202010660	Dosagem de transferrina / saturação de transferrina	2	12
0202010678	Dosagem de triglicerídeos	150	900
0202010694	Dosagem de ureia/ ureia (soro)	300	1800
0202010708	Dosagem de Vitamina B12	100	600
0202010724	Eletroforese de proteínas	1	6
0202010732	Gasometria (ph PCO2 PO2 Bicarbonato AS2 (exceto base) / gasometria arterial	1	6
0202010767	Dosagem de 25 Hidroxivitamina D	30	180
0202020029	Contagem de plaquetas	1	6
0202020037	Contagem de reticulócitos	2	12
0202020070	Determinação de tempo de coagulação	1	6
0202020096	Determinação de tempo de sangramento -duke	1	6
0202020134	Determinação de tempo de tromboplastina parcial ativada (ttpa) / kptt tempo de tromboplastina parcial	7	42
0202020142	Determinação de tempo e atividade da protrombina (TAP)	16	96
0202020150	Determinação de velocidade de hemossedimentação (VHS)	10	60
0202020169	Anticoagulante lupico	1	6
0202020290	Dosagem de fibrinogênio	1	6
0202020355	Eletroforese de hemoglobina	1	6
0202020380	Hemograma completo	313	1878
0202020517	Rastreio p/ deficiência de enzimas eritrocitárias	1	6
0202020541	Teste direto de antiglobulina humana (TAD) / coombs direto	1	6
0202030024	Contagem de linfócitos CD4/CD8/CD3	8	48
0202030075	Determinação de fator reumatoide	2	12
0202030083	Determinação quantitativa de proteína C reativa	14	84
0202030091	Dosagem de alfa-fetoproteína	1	6
0202030105	Dosagem de antígeno prostático específico / PSA livre /PSA total antígeno	18	108
0202030164	Dosagem de imunoglobulina e (IgE)	1	6
0202030253	Pesquisa de anticorpo igg anticardiolipina / cardiolipina, anticorpo IgG	1	6
0202030261	Pesquisa de anticorpo igm anticardiolipina / cardiolipina, anticorpo IgM	1	6
0202030270	Pesquisa de anticorpos anti-dna / dupla hélice / anti dna ifi	1	6
0202030296	Pesquisa de anticorpos anti-hiv-1 (western blot)	3	18
0202030300	Pesquisa de anticorpos anti-hiv-1 + hiv-2 (elisa) / hiv 1 e 2 / hiv	200	1200
	teste rápido		
0202030326	Pesquisa de anticorpos anti-ribonucleoproteína (rnp) / antirpn	1	6
0202030342	Pesquisa de anticorpos anti-sm	1	6
0202030350	Pesquisa de anticorpos anti-ss-a (ro)	1	6

0202030369	Pesquisa de anticorpos anti-ss-b (la)	1	6
0202030458	Pesquisa de anticorpos antiescleroderma (scl 70)	1	6
0202030474	Pesquisa de anticorpos antiestreptolisina o (aslo)	1	6
0202030539	Pesquisa de Anticorpos Antileptospiras	3	18
0202030547	Pesquisa de anticorpos antilisteria / listeria monocytogeneses	1	6
0202030555	Pesquisa de anticorpos antimicrosomas / anti tpo microsomal / anticorpos anti tpo	2	12
0202030598	Pesquisa de anticorpos antinúcleo / fan (fator anti nuclea) / anticorpos anti nucleares fan	1	6
0202030628	Pesquisa de anticorpos antitireoglobulina	1	6
0202030636	Pesquisa de anticorpos contra antígeno de superfície do vírus da hepatite b (anti-hbs)	40	240
0202030644	Pesquisa de anticorpos contra antígeno e do vírus da hepatite b (anti-hbe)	1	6
0202030679	Pesquisa de anticorpos contra o vírus da hepatite c (anti-hcv)	180	1080
0202030725	Pesquisa de anticorpos eie anticlamidia / chlamydia trachomatis (secrecao endocerv) / chlamydia - anticorpos igg/igm	2	12
0202030741	Pesquisa de anticorpos igg anticitomegalovirus / citomegalovírus igg	1	6
0202030768	Pesquisa de anticorpos igg antitoxoplasma / toxoplasmose, anticorpos igg / liquor/soro	2	12
0202030784	Pesquisa de anticorpos igg e igm contra antígeno central do vírus da hepatite b (anti-hbc-total) / hepatite b – anti hbc total	5	30
0202030806	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus da hepatite a (hav- igg)	1	6
0202030814	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus da rubéola	1	6
0202030830	Pesquisa de anticorpos igg contra o vírus epstein-barr	1	6
0202030857	Pesquisa de anticorpos igm anticitomegalovírus	1	6
0202030873	Pesquisa de anticorpos igm antitoxoplasma / toxoplasmose, anticorpos igm	2	12
0202030890	Pesquisa de anticorpos igm contra antígeno central do vírus da hepatite b (anti-hbc-igm)	5	30
0202030911	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus da hepatite a (hav- igg)	1	6
0202030920	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus da rubéola	1	6
0202030946	Pesquisa de anticorpos igm contra o vírus epstein-barr / epstein barr, anticorpos igm	1	6
0202030962	Pesquisa de antígeno carcinoembrionario (cea) / cea antígeno carcinoembrionário	1	6
0202030970	Pesquisa de antígeno de superfície do vírus da hepatite b (hbsag)	150	900
0202030989	Pesquisa de antígeno e do vírus da hepatite b (hbeag)	1	6
0202031047	Pesquisa de trypanosoma cruzi (por imunofluorescência)	1	6
0202031110	Teste não treponêmico p/detecção de sífilis / vdrl	200	1200
0202031128	Teste fta-abs igg p/ diagnóstico da sífilis	3	18
0202031136	Teste fta-abs igm p/ diagnóstico da sífilis	3	18
0202031209	Dosagem de troponina / troponina i	2	12
0202031217	Dosagem do antígeno ca 125	1	6
0202040127	Pesquisa de ovos e cistos de parasitas/parasitológico de fezes	4	24
0202040143	Pesquisa de sangue oculto nas fezes	1	6
0202050017	Análise de caracteres físicos, elementos e sedimento da urina / parcial de urina / densidade urinária	150	900

0202050092	Dosagem de microalbumina na urina (coleta tempo determinado ou amostra única)	1	6
0202050114	Dosagem de proteínas (urina de de tempo determinado ou ipc - índice proteinúria/creatininúria) / proteinúria	1	6
0202060098	Dosagem de aldosterona	1	6
0202060128	Dosagem de calcitonina	1	6
0202060136	Dosagem de cortisol (todos os tipos de coleta)	1	6
0202060144	Dosagem de dehidroepiandrosterona (dhea)	1	6
0202060152	Dosagem de dihidrotestoterona (dht)	1	6
0202060160	Dosagem de estradiol	1	6
0202060217	Dosagem de gonadotrofina coriônica humana (hcg, beta hcg)	60	1200
0202060225	Dosagem de hormônio de crescimento (hgh)	1	6
0202060233	Dosagem de hormônio foliculo-estimulante (fsh)	1	6
0202060241	Dosagem de hormônio luteinizante (lh)	1	6
0202060250	Dosagem de hormônio tireoestimulante (tsh)	250	1500
0202060276	Dosagem de paratormônio	2	12
0202060284	Dosagem de peptídeo c / peptídeo natriurético bnp/probnp	1	6
0202060292	Dosagem de progesterona	1	6
0202060306	Dosagem de prolactina	2	12
0202060330	Dosagem de sulfato de hidroepiandrosterona (dheas)	1	6
0202060349	Dosagem de testosterona	2	12
0202060357	Dosagem de testosterona livre	1	6
0202060373	Dosagem de tiroxina (t4) / t4 total	5	30
0202060381	Dosagem de tiroxina livre (t4 livre)	40	240
0202060390	Dosagem de triiodotironina (t3) / t3 total	2	12
0202070050	Dosagem de ácido valproico	62	372
0202070107	Dosagem de anfetaminas	50	300
0202070123	Dosagem de barbituratos / fenobarbital	2	12
0202070158	Dosagem de carbamazepina	11	66
0202070255	Dosagem de lítio	79	474
0202070280	Dosagem de metabolitos da cocaína	85	510
0202070352	Dosagem de zinco	2	12
0202080048	Bacilo alcool acido resistente, pesquisa (qualquer amostra e qualquer material)	19	114
0202080072	Baciloscopia direta p/ baar tuberculose (controle)	3	18
0202080080	cultura de bactérias p/ identificação / coprocultura / coprocultura para campy / coprocultura yersi / cultura pra germes / cultura para kpc (swab a) / cultura para pseudomonas / urocultura / cultura em geral	46	276
0202080110	Cultura para micobacteria	1	66
0202080129	Cultura para bactérias anaeróbicas	1	6
0202080153	Hemocultura	4	24
0202120023	Determinação direta e reversa de grupo abo / grupo sanguíneo + fator rh/du	1	.6
0202120082	Pesquisa de fator rh (inclui d fraco) / fator rh/du	1	6
40301893	Fosfatase alcalina com fracionamento de isoenzimas, dosagem	1	6
40302113	Homocisteína, dosagem	1	6
40304906	Dímero d, dosagem	1	6
40305341	Dosagem de gad-ab-antidescarboxilase do ácido	1	6
40311163	Metanefrinas urinárias, dosagem, ou metanefrinas plasmáticas totais e frações (por analogia)	1	6

40313107	Chumbo urinário	1	6
40313190	Metais al, as, cd, cr, mn, hg, ni, zn, co, outro (s) absorção atômica (cada), pesquisa e/ou dosagem	1	6
40314090	Hepatite c (qualitativo) por pcr, pesquisa	1	6
40316084	Anticorpo anti-receptor de tsh (trab), dosagem	1	6
40302164	Lactose, teste de tolerância	1	6
40316238	Drogas (imunossupressora, anticonvulsivante, digitálico, etc.) cada, dosagem incluso triagem canabinóides	63	378
900011	Hemocultura automatizada (sigtap/sus = 0202080153 + 0202080080)	4	24
900012	Antibiograma automatizado (sigtap/sus = 0202080021 + 0202080080)	18	108
900013	Pesquisa de caracteres físicos no liquor / rotina de líquidos (sigtap/sus = 0202090060 + 0202090051 + 020209031 + 0202090124 + 0202010260 + 0202080072 + 0202090019 + 0202090230 + 0202010368)	1	6
900020	Lepstopirose igg/igm – cada (coleta e envio ao lacen)	2	12
900024	HIV - carga viral (coleta e envio ao lacen)	8	48
900025	Hepatite c - carga viral (coleta e envio ao lacen)	1	6

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 0000/0000

Termo de Contrato de Prestação de Serviços, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa _____, através do PSES nº 149779/2020, Edital nº 844/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde
CNPJ:	80.673.411/0001-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, nº 160 - Ed. Halley
Representada por:	

CONTRATADA:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O presente Contrato tem por objeto, a prestação pela CONTRATADA a CONTRATANTE, de **serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames)** para o Instituto de Psiquiatria(IPQ)de acordo com o local, quantitativos e especificações constantes no Anexo I, parte integrante do presente edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a prestar o serviço objeto deste instrumento, especificado e quantificado na cláusula primeira, conforme Anexo I e II deste contrato, conforme sua proposta e preços finais apurados no Edital

844/2021.

2.2 - O valor mensal estimado para este contrato é de R\$ _____, totalizando um valor de R\$ _____ para o período de vigência;

2.3 - As despesas decorrentes deste processo correrão à conta da dotação orçamentária:

2.3.1 - Projeto/Atividade:

2.3.2 - Elemento Despesa:

2.3.3 - Unidade Orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste contrato;

3.1.1 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

3.2. A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre as refeições/serviços, discriminando o tipo de refeição, quantitativo, valor unitário e total, além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação e do Processo SES.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos seguintes:

3.3.1. Certidão de Débito para com a Fazenda Estadual demonstrando sua regularidade;

3.3.2. Guia de Recolhimento do INSS;

3.3.3. Guia de Recolhimento do FGTS;

3.3.4. Guia de recolhimento do ISS;

3.3.5. Folha de pagamento de Pessoal.

3.4. Da Atualização por Inadimplemento:

3.4.1 - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, e desde que não haja pendências relativas à execução do Contrato, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e art. 40, inciso XIV, alínea "c" da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 - É obrigação da CONTRATADA a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para a perfeita execução dos serviços;

4.2 - A CONTRATADA deverá executar os serviços apenas com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o perfeito desempenho dos trabalhos;

4.3 - Todas as despesas decorrentes da contratação, tais como equipamentos necessários à execução dos trabalhos, adequações de espaços físicos, recursos humanos, todos decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da CONTRATADA;

4.4 - Os equipamentos utilizados pela contratada deverão possuir Registro na ANVISA e plano de manutenção periódica previsto em seu Sistema de Gestão de Qualidade, bem como a apresentação de documentação que comprove esta situação;

4.5 - A CONTRATADA deverá dispor de informações solicitadas pela SES a qualquer momento, seja em forma de pedido ou de auditoria (técnica ou administrativa);

4.6 - A CONTRATADA deverá possuir sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS as análises que se dispõe a realizar, e, na impossibilidade destes, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza estes controles de forma alternativa;

4.7 - A CONTRATADA se comprometerá à guarda dos dados brutos dos exames nos termos da RDC 302/2005 e deverá comprovar esta condição em sua documentação do Sistema de Gestão de Qualidade;

4.8 - A CONTRATADA deverá manter em seu Sistema de Gestão de Qualidade os procedimentos realizados no sentido de garantir a rastreabilidade das amostras;

4.9 - A CONTRATADA deverá utilizar para realização dos exames, somente material de consumo descartável e de boa qualidade, com registro na ANVISA;

4.10 - A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e capacitado, sob responsabilidade e despesas da CONTRATADA

4.11 - Para coleta (seringa, agulha, scalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante, e/ou outros insumos e produtos para diagnóstico de uso "in vitro" - reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos), bem como a mão-de-obra utilizada para a coleta e realização dos exames serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus à SES;

4.12 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual e coletivo a todas as pessoas ligadas a empresa que estiverem realizando os serviços ou que por algum motivo permaneçam na(s) Unidade(s) da SES;

4.13 - A empresa deve possuir PCMSO, LCCAT e PGRSS;

4.14 - A SES exigirá a imediata substituição, na prestação dos serviços, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com os serviços a serem prestados, e com as diretrizes humanísticas institucionais, ficando a CONTRATADA responsável pelo ônus decorrente;

4.15 - A CONTRATADA deverá estar em conformidade com a Resolução RDC nº 302, de 13 de outubro de 2005, da ANVISA, que dispõe sobre o "Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos", ou outro instrumento legal que venha substituí-la;

4.16 - A CONTRATADA deverá identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da contratante, informando também a situação e periodicidade de manutenções preventivas e corretivas quando necessário;

4.17 - A CONTRATADA deverá preparar formalmente os seus colaboradores sobre noções básicas relativas à prevenção e controle de infecção hospitalar, no tocante aos serviços a serem prestados e promover treinamento e educação permanente, comprovada através de documentação pertinente emitida pelo Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA;

4.18 - A CONTRATADA deverá apresentar as listas de pacientes atendidos e exames com data da realização dos exames realizados para as unidades hospitalares da CONTRATANTE, que somente efetuará a certificação da nota fiscal para os devidos pagamentos após a análise e confrontamento dos dados pela Unidade Hospitalar. Estes relatórios deverão ser feitos entre o primeiro e o último dia do mês em questão e deverão ser apresentados até o 5º dia útil subsequente. As notas fiscais devem ser entregues na respectiva unidade hospitalar solicitante do exame e devem conter o quantitativo de exames discriminados por nome do respectivo exame e código da tabela SIGTAP/SUS ou CBHPM ou Própria SES, juntamente ao quantitativo total mensal;

4.19 - A CONTRATADA deverá limpar e manter seus equipamentos, bem como a área física em uso, e assumir total responsabilidade pelo destino dos resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas, e responderá também pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES. Estes procedimentos deverão estar constantes do Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo modo de limpeza, periodicidade, entre outros.

4.20 - Considerando o(s) lote(s) prestado(s) pela CONTRATADA e conforme tabela constante do Anexo I deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá cumprir o estabelecido na RDC 302/05, da ANVISA, que diz que o laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem possuir um profissional legalmente habilitado como responsável técnico, sendo que este profissional pode assumir, perante a vigilância sanitária, a responsabilidade técnica por no máximo: 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratorial ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial;

4.21 - A Secretaria de Estado da Saúde admite que em caso de impedimento do responsável técnico, o laboratório clínico e/ou o posto de coleta laboratorial devem contar com um profissional legalmente

habilitado para substituí-lo;

4.22 - A CONTRATADA que prestar serviços em Unidade(s) Hospitalar(es) onde tiver apenas posto de coleta ou coleta nos leitos, conforme especificado na Tabela II deste Termo de Referência, e que for executar os serviços na sua matriz, deverá assim como àquelas unidades que possuem laboratório interno, montar estrutura mínima de logística para garantir a coleta do material, a realização e a liberação dos resultados dos exames em regime de urgência, conforme segue: em até 6 horas: gasometria, litímia, sódio, potássio, cálcio, magnésio, uréia, creatinina, lactato, cloro, hematócrito, hemoglobina, glicose; outros exames que devem ser realizados em até 24 horas: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, valproatemia, CK, CK-MB, CK-massa, TAP, TTPA, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bi- lirrubinas, Beta-HCG;

4.23 - A CONTRATADA deverá ter uma sistemática estabelecida em seu Sistema de Gestão da Qualidade apresentando qual a forma e quais os limites críticos de exames que devem ser informados de maneira urgente ao Hospital. Esta lista deverá ser definida entre a CONTRATADA e o Gerente Técnico da unidade hospitalar;

4.24 - A CONTRATADA deve ser participante das sub-redes de diagnóstico da CR Lab-LACEN;

4.25 - A CONTRATADA deve estar ciente da possibilidade da SES incluir ou excluir exames do rol de procedimentos seguindo suas próprias determinações e interesses como, por exemplo, epidemiológicos;

4.26 - Eventuais códigos não correspondentes à descrição exata da contida na Tabela SIGTAP/SUS e/ou Tabela CBHPM foram determinados pela equipe técnica por analogia e correspondência de valores, as quais se encontram detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência;

4.27 - A Tabela Própria SES é baseada em exames agrupados e os valores totais correspondem à junção de exames da Tabela SIGTAP/SUS, conforme apurado pela equipe técnica especializada;

4.28 - Os exames deverão ser solicitados dentro da nomenclatura e dos códigos apresentados e serão pagos tão somente nessas condições;

4.29 - Exceção: exames que não poderão ser faturados, em hipótese alguma, sob nenhum código e/ou nomenclatura, tendo em vista ser realizado na rede especializada do Laboratório Central (LACEN):

Leishmania (anticorpos/pesquisa);

Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa);

Hepatite C - quantitativo (carga viral);

Hepatite B - quantitativo (carga viral);

HIV - quantitativo (carga viral);

4.30 - Será vedado qualquer pagamento de exames que não constem nas tabelas consignadas neste Termo de Referência.

4.31 - A SES poderá exigir da contratada, a qualquer momento, a apresentação dos documentos listados a seguir, referentes aos empregados utilizados pela CONTRATADA na prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA apresentá-los imediatamente:

- n) Contrato de Trabalho de seus empregados;
- o) Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- p) Registro da carteira de trabalho de empregados;
- q) Controle de horas;
- r) Regulamento interno (quando existir);
- s) Convenção, acordo ou sentença normativa;
- t) Certificado de regularidade do FGTS;
- u) GFIP;
- v) Folha de pagamento;
- w) Certidão negativa de débitos previdenciários(CND);
- x) Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- y) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- z) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros.

4.32 - Na presente contratação, a CONTRATADA será a única responsável direta pela execução do objeto, fazendo-o por meio de seus próprios empregados, sob os quais exerce a prerrogativa de dirigir, mas também se submete ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias

vigentes;

4.33 - Não se formará qualquer relação jurídica entre os empregados da contratada e a tomadora dos serviços, Secretaria de Estado da Saúde (SES);

4.34 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a SES poderá confiar a outrem a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

4.35 - A CONTRATADA deverá, através de sua direção ou preposto, participar das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar da(s) Unidade(s) da SES, sempre que convocada, devendo ainda auxiliar a referida comissão nas ações de controle das infecções intra-hospitalares, sem quaisquer ônus à SES;

4.36 - Informar à(s) Unidade(s) da SES, por escrito, durante a vigência do contrato, a escala dos funcionários que realizarão os exames durante o período noturno, finais de semana e feriados;

4.37 - Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pela pontualidade de seus funcionários em serviço;

4.38 - Caberá a CONTRATADA manter rigoroso controle de frequência e pontualidade de seus profissionais na prestação dos serviços, introduzindo o controle que entender conveniente e sob sua responsabilidade;

4.39 - Caberá à CONTRATADA manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no edital e seus anexos, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

4.40 - Caberá à CONTRATADA manter, permanentemente, o contingente laborativo na quantidade necessária, promovendo, para tanto, as substituições de profissionais, atendido o perfil profissiográfico requerido, emprazo hábil a resguardar-se a incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, e o risco à segurança operacional de qualquer profissional (Lei de Segurança e Medicina do Trabalho), dentro dos prazos estabelecidos pelo Fiscal do Contrato;

4.41 - Caberá à CONTRATADA fornecer a seus funcionários, crachás de identificação, no qual constem: o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia, a serem fixados no uniforme durante o horário de trabalho quando da prestação de serviços à SES;

4.42 - A Contratada arcará com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como de alimentação, transporte, ou outro benefício de qualquer natureza, decorrente da contratação dos serviços, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, sem a qual não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas ao Contratante para liquidação;

4.43 - A Contratada cumprirá a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da lei;

4.44 - A Contratada responderá pelo fornecimento aos seus profissionais, até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado, e de vale-transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço;

4.45 - A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência. A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades previstas e exigidas em lei, tomando as medidas necessárias ao atendimento de seus profissionais acidentados em caso de eventual ocorrência de acidente de trabalho, ou os que vierem a necessitar de atendimento médico, providenciando as medidas que se fizerem necessárias, em tempo hábil, assim como, comunicando a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

4.46 - São de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais e outros órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários, assim como as certidões solicitadas;

4.47 - A contratada será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

4.48 - A CONTRATADA deverá executar serviços de alta qualidade de modo a atender as exigências da SES,

utilizando profissionais próprios, especializados, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda legislação que rege a execução do Contrato, com ênfase na legislação constitucional, tributária, civil, previdenciária e trabalhista, em especial na segurança e higiene do trabalho;

4.49 - A CONTRATADA deverá cumprir e fazer cumprir por seus profissionais contratados normas e regulamentos disciplinares da SES, bem como quaisquer determinações exaradas pelas autoridades competentes;

4.50 - A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de suas propostas, com a alocação dos empregados necessários para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.51 - A CONTRATADA deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela SES na execução dos serviços contratados;

4.52 - A CONTRATADA deverá manter a disciplina nos locais dos serviços, substituindo qualquer prestador de serviços cuja conduta seja considerada inadequada;

4.53 - A CONTRATADA deverá assegurar que todos os serviços sejam executados sob condições que atendam às determinações constantes nas Normas de Segurança e Proteção do Ministério do Trabalho.

4.54 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

4.55 - A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;

4.56 - A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da SES ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

4.57 - Será de responsabilidade da CONTRATADA qualquer dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo e cuidado no uso, por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA ressarcir os prejuízos causados;

4.58 - A CONTRATADA deverá comunicar à SES, por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificados durante a execução do contrato;

4.59 - A CONTRATADA deverá instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

4.60 - A CONTRATADA deverá apresentar ao Fiscal do Contrato da SES, sempre quando solicitado, relação atualizada nominal acompanhada dos respectivos endereços residencial e profissional, bem como Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos previstos em lei, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

4.61 - A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

4.62 - A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza às solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

4.63 - A CONTRATADA deverá facilitar a ação da fiscalização, fornecendo informações ou promovendo acesso à documentação dos serviços em execução, e atendendo prontamente às observações e exigências por ela apresentada;

4.64 - A CONTRATADA se responsabilizará pela permanente manutenção de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa, assim como pela atualização de formação de seus profissionais, quer através da divulgação de periódicos, quer através de palestras ou reuniões, que visem contribuir com o aprimoramento da execução deste objeto, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

4.65 - À CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra pena cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes aos serviços objeto do contrato;

4.66 - A CONTRATADA preservará a SES, mantendo-a a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

4.67 - A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando

como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES;

4.68 - A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com a CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do Contrato;

4.69 - Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, obrigatoriamente e minimamente, conforme Tabela II.

TABELA II

Unidade	N de leitos	Área física p/ laboratório (m²)	Área física para Posto de coleta (m²)	Outras exigência
IPQ	293	-	14	Atendimento 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados

TABELA III

UNIDADE	ÁREA (M²)
IPQ	14

4.70 - A SES disponibilizará à empresa vencedora, através de Termo de Concessão Remunerado de Uso de Bem Público, área física condizente, nas dependências da unidade, conforme área mostrada na Tabela III, provida de água, luz e ramal telefônico exclusivamente interno. Há medidores individuais para aferição de água e luz.

- Gastos com o consumo de telefone, luz e água aferidos nos medidores será objeto de cobrança mensal pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

4.71 - A CONTRATADA prestará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela unidade hospitalar, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios;

4.72 - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, de forma a atender as determinações da legislação sanitária vigente, assim como a demanda da prestação dos serviços;

4.73 - Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a Contratada deverá, além de comunicar a SES com antecedência, tomar as devidas providências para que os serviços não sejam interrompidos;

4.75 - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo zelo e manutenção da estrutura física (pisos, paredes, vidros, portas, etc.) da área utilizada;

4.76 - Em caso de término do contrato, a CONTRATADA que esteja ocupando área física cedida pela CONTRATANTE deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintadas e com instalações elétricas e hidráulicas em perfeito estado de uso);

4.77 - Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a empresa CONTRATADA depositará à SES até o 10º dia do mês, aluguel correspondente à área física cedida, o qual será cobrado pelo metro quadrado da região seguindo índices oficiais. Além disso, a cobrança do condomínio será de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do aluguel, em razão da estrutura disponível à CONTRATADA, conforme tabela III. Os valores aferidos nos medidores de água e luz serão abatidos da taxa de condomínio;

4.78 - Para a comprovação do pagamento das despesas resultantes da concessão remunerada de uso de bem público, a empresa CONTRATADA deverá apresentar mensalmente o documento de depósito em conjunto com a nota fiscal dos serviços prestados;

4.79 - Em caso de prorrogação do contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste termo, com base na variação do CUB (Custo Unitário Base) do período;

4.80 - Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da

sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;

4.81 - A empresa vencedora do certame, por conta própria, deverá instalar, reformar e fornecer todo o equipamento, pessoal e material de consumo necessário à realização dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - Este contrato terá vigência de 180 dias a partir da sua assinatura.

5.2 - O presente contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações).

5.3. O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, mediante conclusão de processo licitatório.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

7.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

7.2.1 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

7.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

7.2.3 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

7.2.4 – Em caso de contratação decorrente de procedimento licitatório.

7.3 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

8.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

8.2- A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

8.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

8.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

8.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

8.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

8.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

8.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

8.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

8.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

8.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

8.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

8.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

8.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

8.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

8.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

8.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

8.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO- As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA NONA– DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 -Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) em conjunto com os Gestores, Fiscais da(s) Unidade(s) da SES, e com a Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados (GEACR), a quem caberá verificar se os dispositivos do Contrato estão sendo rigorosamente cumpridos.

9.1.1-A fiscalização do contrato será exercida por representante(s) da CONTRATANTE, servidor(a) Gizele Clasen Freitas - IPQ, matrícula 262250-5-05 e Gestor: Henrique Marques Fogaça - IPQ, matrícula 650583-0-01 a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.1.2 - A fiscalização que atuará desde o início dos trabalhos, será exercida no interesse exclusivo da SES, com a participação de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados, e não excluir, nem reduzir, a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades.

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

10.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente contratação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

10.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor.

10.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

10.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Oitava;

10.6 - O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

10.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas

abaixo assinadas.
Florianópolis,

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

ANEXO V

CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO

Termo de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde (SES)/Fundo Estadual de Saúde (FES) e o , através do PSES nº 149779/2020, Edital nº 844/2021, na modalidade de Dispensa de Licitação.

CEDENTE: Secretaria de Estado da Saúde /Fundo Estadual de Saúde CNPJ: 80.673.411/0001-87

Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015- 130

Representadapor:

CESSIONÁRIA:

CNPJ

Endereço:

Representadapor:

GESTOR: INSTITUTO DE PSIQUIATRIA - IPQ

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. A CEDENTE é proprietária de área física localizada no interior da Instituto de Psiquiatria - IPQ, situada na Rua Engelberto Koerich, nº 333, Colônia Santana, São José/SC, com 14 m² e concede a CESSIONÁRIA, conforme nova vigência do Contrato de Prestação de Serviços n.º , a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. A CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE o valor mensal de R\$ por m² referente a aluguel, perfazendo um total mensal de R\$, referente ao aluguel, além de 25% (vinte e cinco por cento) a título de condomínio, no valor de R\$ O valor mensal total do aluguel acrescido do condomínio será de R\$

2.2. Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIONÁRIA pagará à SES até o 10º dia do mês, remuneração correspondente à área física cedida, com o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do aluguel, a título de condomínio, através de boleto bancário emitido pela Gerência de Administração Financeira da Secretaria de Estado daSaúde.

2.3. A CEDENTE fornecerá estrutura de, gás, água, telefone e energia elétrica para a realização dos serviços, e respectivos medidores, contudo ficará a cargo da CESSIONÁRIA o pagamento das despesas mensais dos gastos com o consumo dos itenssupracitados.

2.4. A simples falta de pagamento nas épocas determinadas importará em mora, ou seja, 2% (dois por cento) de multa ao mês, mais juros legais, independentemente de interpelação judicial, ou outro qualquer aviso e só por força do presentetermo.

2.5. Para a comprovação do pagamento das despesas resultantes da concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIONÁRIA deverá apresentar mensalmente o documento de pagamento em conjunto com a nota fiscal dos serviços prestados.

2.6. A CESSIONÁRIA executará, nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios.

2.7. Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresavencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. A CESSIONÁRIA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, de forma a atender as determinações da legislação sanitária vigente, assim como a demanda da prestação dos serviços.

3.1.1. Quando forem necessárias obras nas dependências da área disponibilizada, a CESSIONÁRIA deverá comunicar à SES com antecedência, a fim de que sejam tomadas as providências para que os serviços não sejam interrompidos.

3.2. Em caso de término do contrato, a CESSIONÁRIA que esteja ocupando área física da SES, deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintada, instalações elétricas e hidráulicas em boas condições e mediante vistoria da Secretaria de Estado da Saúde que comprovem o cumprimento da cláusula).

3.3. A CESSIONÁRIA, por conta própria, deverá instalar, reformar e fornecer todo o equipamento, pessoal e material de consumo necessário à realização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA

4.1. A CESSIONÁRIA obriga-se a não se utilizar do imóvel para outro fim que não seja para prestação de serviços objeto do Edital n.º 502/2021, Contrato de Prestação de Serviços n.º XX/2021, sob pena de rescisão imediata do termo.

4.2. Não será permitido transferir o Contrato a outrem ou sublocá-lo no todo ou em parte sem o expresso consentimento da CEDENTE.

4.3. O descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento pela CESSIONÁRIA acarretará em rescisão unilateral por parte da CEDENTE, sem que haja qualquer tipo de indenização a mesma.

CLÁUSULA QUINTA

5.1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, inclusive no que se refere às alterações e sua rescisão, sempre com a prerrogativa da supremacia do interesse público.

5.2. Ambos os contratantes elegem o foro da Comarca de Florianópolis/SC, para decidir qualquer questão judicial originária deste instrumento.

Florianópolis,

[Assinado digitalmente]
CEDENTE

CESSIONÁRIA